



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Recurso em Sentido Estrito n.º 0322122-1 – Vara Única da Comarca de Buíque-PE

Recorrente(s): Everaldo Bezerra Cavalcanti
Recorrido(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ADMISSIBILIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA LESÃO CORPORAL. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

- 1- Havendo prova da materialidade e indícios suficientes da autoria, deve ser mantida a pronúncia, como mero juízo de probabilidade, devendo prevalecer o princípio *in dubio pro societate*, cabendo ao Tribunal do Júri proceder ao julgamento do feito, e caso entenda, acolher a tese de legítima defesa suscitada.
- 2- Há indicativos suficientes para a pronúncia nos exatos termos em que foi configurada, visto que a tese da ausência de *animus necandi* não é estreme de dúvidas, não sendo a pronúncia, no caso em comento, o momento hábil para que se cogite de desclassificação do delito.
- 2- Recurso em Sentido Estrito não provido.

A C Ó R D ã O

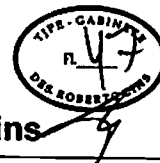
Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Recurso em Sentido Estrito** n.º 0322122-1, da Vara Única da Comarca de Buíque, em que é Recorrente Everaldo Bezerra Cavalcanti e Recorrido o Ministério Público de Pernambuco. Os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em sessão realizada em / / , acordam em negar provimento ao recurso, tudo de acordo com a ementa e os votos digitados em anexo, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 16 de 06 de 2014

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Recurso em Sentido Estrito n.º 0322122-1- Vara Única da Comarca de Buíque-PE

Recorrente(s): **Everaldo Bezerra Cavalcanti**
Recorrido(s): **Ministério Público do Estado de Pernambuco**
Relator: **Desembargador Roberto Ferreira Lins**
Relator Convocado: **Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto**
Procurador: **Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa**
Órgão Julgador: **Primeira Câmara Criminal**

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso em sentido estrito interposto por Everaldo Bezerra Cavalcanti contra decisão que o pronunciou pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, II e IV, c/c art. 14, II, do Código Penal, para submetê-lo a julgamento perante o Tribunal do Júri.

Afirma que a prova testemunhal aponta que o Recorrente agiu sob legítima defesa própria, tendo uma das vítimas, Jaciara Gomes do Nascimento Santos o ameaçado anteriormente, além de outra vítima, Jailson Gomes Santos ter tentado desarmá-lo, de modo que agiu para defender-se da investida das vítimas que tentaram agredi-lo não tendo a intenção de matá-las. Ressalta que é primário, tem bons antecedentes, residência fixa, e possui trabalho lícito, o que denota que não possui personalidade voltada para atividade criminosa. Requer o reconhecimento da legítima defesa com a consequente impronúncia do acusado, ou, subsidiariamente, a desclassificação do delito para o crime de lesão corporal ante a ausência de *animus necandi*.

Em contrarrazões de fls. 23/26, o Representante do Ministério Público defende que há indícios suficientes da autoria criminosa devendo o Recorrente ser submetido a julgamento pelo júri, inexistindo comprovação inequívoca da alegada legítima defesa para embasar um decreto absolutório.

Em decisão de fl. 28, o MM. Juiz *a quo* manifestou-se no sentido de manter a decisão recorrida.

A d. Procuradoria de Justiça, por meio do parecer de fls. 39/45, opinou por negar provimento ao recurso, entendendo que para o reconhecimento da legítima defesa na fase absolvição sumária se exige a prova cabal, estreme de dúvida, o que não restou configurado nos autos. Entende, ainda, que não restou claro a ausência do propósito de matar para que haja desclassificação.

Inclua-se em pauta.

Recife, 15 / 05 / 2014.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Recurso em Sentido Estrito n.º 0322122-1 – Vara Única da Comarca de Buíque-PE

Recorrente(s): **Everaldo Bezerra Cavalcanti**
Recorrido(s): **Ministério Público do Estado de Pernambuco**
Relator: **Desembargador Roberto Ferreira Lins**
Relator Convocado: **Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto**
Procurador: **Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa**
Órgão Julgador: **Primeira Câmara Criminal**

VOTO DO RELATOR

Conforme relatado, trata-se de recurso em sentido estrito interposto por Everaldo Bezerra Cavalcanti contra decisão que o pronunciou pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, II e IV, c/c art. 14, II, do Código Penal, para submetê-lo a julgamento perante o Tribunal do Júri.

Alega o Recorrente, em síntese, que agiu sob legítima defesa própria. Requer, subsidiariamente, a desclassificação do delito para o crime de lesão corporal ante a ausência de *animus necandi*.

Pois bem.

A princípio, urge salientar que, em se tratando de processo de competência do Tribunal do Júri, a prova da materialidade e indícios suficientes autoria já são suficientes para a decisão de pronúncia, sendo prescindível a existência de prova incontestável.

Do contrário, estar-se-ia antecipando o veredicto acerca do mérito, o qual é de competência exclusiva do Conselho de Sentença, devendo, destarte, preponderar o princípio *in dubio pro societate*.

In casu, a materialidade do crime denunciado se constata claramente em face das provas acostadas aos autos, dentre as quais o laudo de lesão corporal (fl. 47), o auto de apresentação e apreensão (fl. 43) e a perícia balística (fl. 126/127), estando devidamente caracterizado, em tese, o crime de tentativa de homicídio perpetrado em face das vítimas Jaciara Gomes do Nascimento Santos, Edson Andrade Santos e Jailson Gomes Santos.

Quanto aos indícios de autoria, há prova suficiente para manter a decisão de pronúncia, ante os depoimentos prestados pelas vítimas (fls. 33/35, 53 e 95/97) e testemunhas (fls. 29/32 e 98), tanto em fase policial como em juízo.

Não se mostram presentes elementos incontestes para reconhecer eventual legítima defesa alegada pelo Recorrente, o que requer uma análise prudente e complexa da situação concreta. Não se pode desprezar, pois, que o princípio a ser aplicado nesta fase processual é o *in dubio pro societate*, pelo qual na existência de dúvida deve a questão ser submetida ao Júri.

Ocorre que, em se tratando de crimes contra a vida, a presença de elementos indiciários da ocorrência de uma conduta típica e a ausência de cristalina atuação do Recorrente ao abrigo da excludente de legítima defesa, tem-se como corolário lógico a submissão do acusado ao julgamento pelo Tribunal do Júri, forte no art. 413 do Código de Processo Penal.

No caso em comento, pois, consta na denúncia (fl. 02/04), bem como nos depoimentos das vítimas e de parte das testemunhas, que o réu, motivado por uma desavença anterior envolvendo a filha de Edson e Jaciara, teria disparado contra Edson, vindo a atingi-lo na região do pescoço, e, logo em seguida, disparou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Recurso em Sentido Estrito n.º 0322122-1 - Vara Única da Comarca de Buíque-PE

uma vez contra Jailson e quatro vezes contra Jaciara, não atingindo estes últimos, sendo de competência do júri decidir se está caracterizada ou não a legítima defesa suscitada.

A jurisprudência tem-se mostrado uníssona no sentido de que, comprovada a materialidade do delito através de laudos técnicos, e havendo indícios suficientes de autoria, inadmissível a absolvição sumária quando a tese invocada não transpõe estreita de dúvidas, impedindo seu reconhecimento nesta fase processual.

Neste sentido cumpre transcrever o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO SIMPLES. PRONÚNCIA. PROVAS. IN DUBIO PRO SOCIETATE. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. LEGÍTIMA DEFESA NÃO CONFIGURADA DE PLANO. REJEIÇÃO DA TESE.

I - Em se tratando de crime afeto à competência do Tribunal do Júri, o julgamento pelo Tribunal Popular só pode deixar de ocorrer, provada a materialidade do delito, caso se verifique ser despropositada a acusação, porquanto aqui vigora o princípio *in dubio pro societate*.

II - Absolvição sumária por legítima defesa, na firme compreensão da jurisprudência e doutrina pátrias, somente há de ter lugar, quando houver prova unívoca da excludente, a demonstrá-la de forma peremptória (Código de Processo Penal, artigo 411)." (HC 25858/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 01/08/2005).

III - Irreparável, na hipótese, o *decisum* combatido, eis que não ultrapassou os limites impostos a este tipo de provimento jurisdicional de modo a caracterizar o vício da eloquência acusatória, e, por outra senda, não desatendeu aos comandos insertos nos arts. 408 do CPP e 93, IX da Constituição Federal, apresentando-se suficientemente fundamentado. Ordem denegada." (STJ, Habeas Corpus nº 99194/PE, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, j. 17.06.2008).

Também entendo que no presente caso se mostra inviável, nesta fase processual, a desclassificação para o crime de lesão corporal, se ocorre qualquer dúvida a respeito do *animus* do agente.

Ora, não se extraindo dos autos, de forma clara e indubitável, a inexistência de dolo, que direto, quer eventual, há que se pronunciar o réu, deixando para o Egrégio Conselho de Sentença a decisão quanto à existência ou não da intenção de matar.

Assim, a presença do *animus necandi*, em tese, impede o acolhimento do pleito de desclassificação do delito, já que a desclassificação só pode ser feita se a acusação por crime doloso for manifestamente inadmissível. O suporte fático da desclassificação, na fase de pronúncia, deve ser detectável de plano e isento de polêmica relevante, o que não ocorre no presente caso, consoante se observa em depoimentos prestados pela vítima Edson Andrade Santos e pela testemunha Haldon José de Albuquerque Freire, às fls. 95 e 97v, respectivamente:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Recurso em Sentido Estrito n.º 0322122-1 – Vara Única da Comarca de Buíque-PE

“Que em seguida recebeu um tiro desferido do acusado no ombro esquerdo (...), Que o acusado ainda deu um tiro em Jailson e quatro contra a esposa do declarante (...), Que depois de receber o disparo o Galego ainda chutou o nariz do declarante (...), Que sua esposa, depois do problema do coco, disse ao acusado que quando o declarante chegasse resolveria o problema, e o acusado respondeu: ‘eu tenho é bala para a cara dele’”.

“Que na casa das vítimas o acusado disse para a mulher de Edson: ‘você envolveram a polícia, agora vocês vão ver ou agora vão pagar’”.

O fato de ter sido utilizado instrumento de elevado poder vulnerante, bem como a região de grande letalidade em que a vítima Edson foi atingida, além de a quantidade de disparos efetuados contra a vítima Jaciara, demonstram que o julgamento deve ser feito pelo juiz natural da causa, o Conselho de Sentença, mormente se a vítima foi atingida nas costas e foram diversos os disparos efetuados.

Desse modo, o pedido de desclassificação do delito para lesão corporal, capitulado no artigo 129 do Código Penal, não merece prosperar, não se podendo formular afirmação categórica, neste instante, de que o réu não pretendia matar as vítimas, visto que tal operação só seria possível se houvesse prova firme no sentido de que o réu não quis matar as vítimas nem assumiu o risco de fazê-lo.

Corroborando com o exposto, traz-se à colação o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

“Não sendo inconsistente e estreme de dúvidas a identificação do animus do agente, bem como das circunstâncias do delito, é inviável proceder-se, no momento processual em tela, à desclassificação do crime de homicídio duplamente qualificado, na forma tentada, para lesão corporal ou exclusão de qualificadoras constantes da denúncia, devendo a matéria ser remetida para o Júri Popular, juízo natural do qual deriva a competência para, com profundidade, apreciar o mérito sobre a conduta do acusado.”
Prevalência do princípio in dubio pro societate. (...)

(STJ, Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 2003.0004189-4, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 08.06.2004)

Ante o exposto, voto por negar provimento ao recurso em sentido estrito, mantendo a decisão de pronúncia nos termos proferidos, para que o Recorrente seja submetido a julgamento pelo Tribunal Popular.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado